



**ACÓRDÃO Nº 767/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10876/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5022/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Eirunepé, referente ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro**, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé, exercício de 2016, no valor de **R\$ 6.000,00**, em face do disposto nos itens 45-49; 50-52; 53-54; 55-56, do Voto; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



**ACÓRDÃO Nº 767/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Determinar** à Câmara Municipal de Eirunepé:

10.3.1. Que cumpra o disposto no art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/64;

10.3.2. Que adote providências para o processamento e adimplemento dos restos a pagar, em cumprimento ao art. 37 c/c art. 63 da Lei nº 4.320/1964;

**10.4. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM que acrescente no Plano de Auditoria às matérias trazidas como DETERMINAÇÃO à origem, para no caso de reincidência aplicar-se o disposto no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

**10.5. Notificar o Sr. Raimundo Augusto Rebouças Pinheiro** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

**11- Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral